



**Universidade de Brasília**

Faculdade de Comunicação — FAC

Departamento de Jornalismo

**Mulheres no Congresso Nacional: um webdocumentário sobre  
subrepresentação**

Jéssica Moura Lopes Viana 10/0106871

Jéssica Vasconcelos Abreu 12/0003881

Orientador: Prof. Dr. Solano Nascimento

**Brasília, novembro de 2015**

JÉSSICA MOURA LOPES VIANA  
JÉSSICA VASCONCELOS DE ABREU

**Mulheres no Congresso Nacional: um webdocumentário sobre  
subrepresentação**

Memória de projeto experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social — Jornalismo, sob orientação do professor Solano Nascimento.

**Brasília, novembro de 2015**

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Departamento de Jornalismo

**Mulheres no Congresso Nacional: um webdocumentário sobre  
subrepresentação**

Projeto experimental apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial  
para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo

Banca Examinadora

---

Professor-orientador Dr. Solano Nascimento (presidente)

---

Patrícia Cunegundes (membro titular)

---

Professora Dr<sup>a</sup> Susana Dobal Madeira Jordan (membro titular)

**Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015**

*“Making the invisible visible, bringing the margin to the center, rendering the trivial important, putting the spotlight on women as competent actors, understanding women as subjects in their own right rather than objects for men”.*

Shulamit Reinharz

## **Agradecimentos**

Agradecemos a todos que colaboraram com a execução deste trabalho. Aos entrevistados, pelo tempo cedido e por terem dividido conosco seus conhecimentos e suas histórias. Ao orientador, Solano Nascimento, que acreditou em nosso projeto e nos guiou com paciência. À família, não só pelo apoio prestado na reta final do curso, mas também pela motivação dada ao longo da vida. Aos amigos, que acompanharam nossa jornada, com quem compartilhamos nossas alegrias e também lamentações. Aos integrantes da banca examinadora, Susana Dobal e Patrícia Cunegundes, que aceitaram o convite. Ao diagramador, pelo profissionalismo e comprometimento com o projeto. Aos professores da Universidade de Brasília e aos jornalistas com quem trabalhamos nos estágios ao longo da graduação e com quem aprendemos os primeiros passos da profissão.

## **Resumo**

No ano em que as primeiras cotas eleitorais de gênero estabelecidas por lei completam 20 anos e que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal retomam a discussão para elaborar e implementar propostas de reforma política, o cenário de participação política das mulheres na arena política formal é desestimulante. Somente 10,4% de cadeiras no Congresso Nacional são ocupadas por mulheres. A intenção deste webdocumentário é chamar a atenção para a baixa participação política das mulheres nesse espaço. A reportagem em formato de webdocumentário traz a história da conquista e execução dos direitos políticos das mulheres, além do registro de depoimentos de parlamentares que têm de transpor barreiras para legislar nesse espaço por causa de questões de gênero. No trabalho, especialistas também ajudam a entender a que se deve essa formação do quadro político tão excludente. A intenção é debater as dificuldades de deputadas e senadoras para chegar a esse cargos e, uma vez eleitas, conquistar voz nesse espaço.

**Palavras-chave: webdocumentário, política, mulheres, Congresso, representação**

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>07</b>
<b>2. Justificativa.....</b>	<b>07</b>
<b>3. Referencial Teórico.....</b>	<b>09</b>
<b>3.1 Surgimento do webdocumentário.....</b>	<b>09</b>
<b>3.2 Definição e características do webdocumentário.....</b>	<b>10</b>
<b>3.3 Revisão de webdocumentários.....</b>	<b>11</b>
<b>3.2 Mulheres e política.....</b>	<b>13</b>
<b>3.5 Do veto ao voto: feminismo no Brasil e a conquista dos direitos políticos.....</b>	<b>14</b>
<b>3.6 Sobre as pioneiras .....</b>	<b>16</b>
<b>3.7 Profissionalização e ação política: as mulheres ocupam novos espaços .....</b>	<b>19</b>
<b>3.8 Congresso hoje: bancada feminina e subrepresentação .....</b>	<b>20</b>
<b>4. Objetivos.....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 Objetivos gerais.....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>22</b>
<b>5. Metodologia.....</b>	<b>22</b>
<b>5.1 Pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>5.2 Apuração.....</b>	<b>24</b>
<b>5.3 Arquitetura da Informação.....</b>	<b>26</b>
<b>5.4 Conteúdo.....</b>	<b>27</b>
<b>6. Cronograma.....</b>	<b>29</b>
<b>7. Orçamento.....</b>	<b>29</b>
<b>8. Considerações finais.....</b>	<b>29</b>
<b>9. Referências bibliográficas.....</b>	<b>31</b>

## **1. Introdução**

No ano em que se comemora o 20º aniversário da política de cotas femininas em eleições legislativas, a reportagem *Mulheres no Congresso Nacional: um retrato sobre subrepresentação* se propõe a problematizar fatores envolvidos na reduzida representação feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal ao longo de 55 legislaturas.

Para tanto, a plataforma utiliza registros de áudio, vídeo, gráficos, imagens e textos para compor a narrativa na web. O material foi apurado por meio de pesquisas e entrevistas realizadas com parlamentares e cientistas políticos de modo que fosse estruturado um debate entre essas fontes em torno do tema.

A baixa participação das mulheres na política é questão evidente em vários países. No Brasil, o poder é ocupado de forma hegemônica por homens, e a evolução da presença das mulheres no Parlamento se dá em ritmo muito inferior ao desejado. Isso mesmo considerados os ganhos conquistados com a promulgação da lei nº 9.100, de 1995, que garantia, no início, a reserva de 20% das vagas nos partidos ou coligações para mulheres nas eleições. Após 20 anos de decretada a primeira legislação inclusiva de gênero no Brasil, apenas 10,4% das cadeiras do Congresso Nacional são ocupadas por mulheres. Dessa forma, por meio de uma ferramenta moderna e de acesso simplificado, um tema típico da Ciência Política será potencializado, dessa vez não só em formato acadêmico, como também jornalístico, com o objetivo de expandir a voz de personagens políticos por vezes silenciados mesmo nesse espaço institucional.

## **2. Justificativa**

Com o avanço das tecnologias de informação e o aprimoramento da velocidade das redes de banda larga, as mídias online passaram a se popularizar e iniciou-se um processo que aponta para a supremacia do webjornalismo sobre os meios tradicionais como rádio, televisão e o jornal impresso.



Um levantamento da Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>1</sup> realizado entre janeiro de 2014 e setembro de 2015 constatou uma elevação de 50,2% na circulação paga das publicações de jornais na web. Enquanto isso, os jornais impressos tiveram uma redução de 8,6 %.

Dessa forma, a internet se constituiu com um mercado consumidor crescente de conteúdos, o que impulsionou a migração dos jornais impressos para o ambiente online. O primeiro no país a se lançar nesse mercado e a publicar todo o conteúdo na internet foi o *Jornal do Brasil* em 1995, época em que os portais apenas transcreviam para os respectivos sites o material produzido no papel.

O jornalismo digital surgiu, portanto, em um contexto no qual o conteúdo jornalístico teve de se adaptar às transformações técnicas do ambiente online, já que agora as informações se propagam não só por meio de ondas de radiodifusão, utilizadas nas plataformas analógicas, mas também no formato de sinal digital, codificado em sinais binários ou simplesmente *bits* (MACHADO, 1996, p.2).

Uma das consequências dessa mudança foi uma alteração discursiva, já que no espaço da web foi possível enfim articular vários recursos multimídia em uma mesma plataforma, o que é chamado de convergência midiática (MACHADO, 1996, p.13).

Por isso, discutir o tema do webdocumentário nessa plataforma, que tem paulatinamente ganhado espaço na mídia brasileira, é uma maneira de realizar experimentação acadêmica de modo a contribuir para a consolidação de um formato de se produzir reportagens. Além disso, possibilita que a questão sobre a reduzida representação política das mulheres no Congresso Nacional seja discutida de maneira ampla e possa atingir qualquer leitor com acesso à internet.

Como mencionado anteriormente, a menor representação de mulheres na política é evidente em números. No entanto, há questões importantes para o entendimento desse cenário que podem ser detalhadas e articuladas nessa plataforma. O espaço permite que, por meio de depoimentos em vídeo, áudio e outras ferramentas, parlamentares desmistifiquem o aparente "menor ativismo

---

<sup>1</sup> Disponível em <<http://www.anj.org.br/cenario-2/>>

político das mulheres e, conseqüentemente, a menor presença feminina na elite política" (AVELAR, 2001, p.154).

### **3. Referencial teórico**

No Brasil, o webdocumentário tem sido explorado pelas páginas de portais como *UOL*, *Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo* para a publicação de conteúdos produzidos exclusivamente para esta plataforma na internet, que visa reunir design de informação e jornalismo. Com isso, para desenvolver um produto multidisciplinar, é necessário articular o trabalho de um designer gráfico que possa respaldar o trabalho de apuração jornalística.

Mas, os três maiores portais de notícias brasileiros — *UOL*, *Globo.com* e *Folha de S.Paulo* — segundo o ranking da empresa de análise da informação *Alexa* divulgado em 2015 — não possuem uma seção específica destinada à publicação dos webdocumentários. Ao invés disso, o material desenvolvido nesse formato é divulgado em outras editorias mais genéricas, como a de “Infográficos”, no caso do *Globo*. Apesar de não possuir uma seção específica para webdocumentários, o *UOL* desenvolveu uma página separada do portal, em que publica apenas esse tipo de conteúdo<sup>2</sup>.

#### **3.1 Surgimento dos webdocumentários**

O webdocumentário é um gênero emergente do webjornalismo (RIBAS, 2003, p.4). Os primeiros modelos experimentais desse formato voltado para as publicações online começaram a ser desenvolvidos por jornais franceses a partir de 2006 de maneira mais intensa. Desde então, na esteira de periódicos da França e do Canadá, sites de países como Estados Unidos e Colômbia também começaram a produzir grandes reportagens nesse suporte (GANTIER; BOLKA, 2011, p.120).

---

<sup>2</sup> TAB. Disponível em <<http://tab.uol.com.br/>>

### 3.2 Definição e características do webdocumentário

Ao longo do desenvolvimento deste projeto, foi necessário delimitar o conceito de webdocumentário. Uma das definições encontradas e que balizaram este projeto foi descrita pela produtora de webdocumentários *Doctela*<sup>3</sup>.

No site da produtora, há uma proposta de definição em que considera que o webdocumentário:

É uma nova forma de contar histórias, um novo formato para o gênero documental, bastante diferente das linguagens tradicionais (...), mostrando como novas ferramentas podem adicionar interesse à experiência do espectador (...) organizadas numa interface própria, que dá identidade a cada projeto, conjuga e orienta a navegação do usuário (...) em uma plataforma de distribuição livre e direta, tornando a produção mais acessível em um momento de interesse crescente. Os webdocs permitem um aprofundamento temático muito maior e novas formas de relacionamento com o público, que não seria possível com uma simples documentação linear em texto ou vídeo.  
(DOCTELA, 2015)

Ao discutir o webjornalismo, Canavilhas argumenta que “é um completo desperdício tentar reduzir o novo meio a um simples canal de distribuição dos conteúdos já existentes” (2004, p.3). Nesse sentido, o webdocumentário traz contribuições também para a consolidação dessa vertente jornalística, uma vez que articula as diversas mídias em uma linguagem específica do suporte online.

Outro argumento que corrobora com essa visão foi defendido na dissertação de mestrado da pesquisadora Helena Schiavoni Sylvestre, defendida na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). A autora afirma que "o webdocumentário é um produto multimídia que converge conteúdos em formatos distintos — textos, áudios, grafismos, infográficos, etc — sobre uma temática específica, possibilitando ao usuário interagente o controle dos trajetos de leitura do conteúdo, a partir da interação e da participação" (2015, p.35).

---

<sup>3</sup> Disponível em <<http://doctela.com.br/>>

Além disso, o conteúdo dos webdocumentários é articulado por meio de hiperlinks que direcionam o leitor para camadas diferentes dentro ou mesmo fora da página. Dessa forma, cabe ao leitor definir a trajetória a ser trilhada durante a leitura fragmentada.

### 3.3 Revisão de webdocumentários

Para elaborar este projeto, tomamos como referência trabalhos desenvolvidos especificamente para o suporte do webdocumentário. Os principais são:

**Snowfall (New York Times, Estados Unidos, 2012):** Reconstitui a avalanche que ocorreu em Washington (EUA) e deixou 16 mortos em 2012. O repórter John Branch registrou o depoimento de esquiadores e familiares dos que foram mortos no incidente, a partir dos quais reconstruiu não só a angústia do grupo depois que o acumulado de neve se desprende da montanha, mas também a história de vida das vítimas, fator que contribuiu para humanizar a reportagem. Os recursos multimídia utilizados, como os vídeos curtos (em geral, com até um minuto de duração), a galeria de imagens e o mapa interativo da estação de esqui são inseridos ao longo do texto como elementos acessórios à reportagem e que orientam a leitura. Contudo, a narrativa foi fragmentada em seis seções que permitem que o usuário escolha os caminhos da navegação, os quais foram explorados com profundidade.

Quando foi lançado, o webdoc teve grande repercussão por ser uma das primeiras iniciativas a explorar esse formato de reportagem no continente americano. *Snowfall* (que significa “avalanche de neve” em português) acabou servindo de referência para projetos semelhantes.

Acesso: <http://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/#/?part=tunnel-creek>

**A Batalha de Belo Monte (Folha de S.Paulo, 2013):** Para produzir este webdoc, um trio de repórteres passou duas semanas no Pará, no canteiro de obras da usina de Belo Monte, onde coletou depoimentos de trabalhadores, moradores da área e

de responsáveis pela construção. A observação também subsidiou o desenvolvimento de recursos multimídia da página. O internauta pode simular uma visita às obras em um jogo elaborado especificamente para o webdoc. Dividida em cinco capítulos, a reportagem problematiza vários aspectos de Belo Monte, como o custo bilionário da construção da usina, as mudanças no cotidiano das populações ribeirinhas e indígenas que vão ocorrer em função das inundações, e o impacto ambiental. Tudo isso com o auxílio de sonoras em vídeo, galerias de fotos e infográficos.

Acesso em <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/index.html>

**Feminismo (TAB-UOL, 2015):** Este webdocumentário busca explicar o conceito de feminismo com o intuito de desconstruir o estereótipo que paira sobre aqueles que se afirmam adeptos desse movimento. Para tanto, lança mão de recursos interativos, como um teste em que os leitores podem avaliar o quanto suas crenças e opiniões se aproximam (ou não) de bandeiras feministas. Além disso, a repórter Mariana Tramontina resgatou o histórico da formação do pensamento machista na sociedade ocidental a partir de entrevistas com especialistas no tema. Também há o relato de agressões sofridas por ativistas na internet, além do uso de dados oficiais divulgados pelo governo federal acerca da violência contra as mulheres. O webdoc traz não só a visão das mulheres militantes, mas também vozes dissonantes entre as fontes, como o posicionamento de outras mulheres que não se identificam como feministas, e homens que lutam pela igualdade de gêneros.

Acesso em <http://tab.uol.com.br/feminismo/>

### 3.4 Mulheres e política

Antes do esforço concentrado pela conquista do voto e outros direitos políticos, as mulheres brasileiras buscaram garantir a participação no debate público de diferentes formas. As primeiras manifestações ocorreram de maneira tímida, mas efetiva. Diferente do que se tem assinalado, antes mesmo do final do século XIX — quando os movimentos sufragistas ganharam destaque — a atuação pública das mulheres era registrada na vida artística, educacional e literária, levando em consideração que a atividade política, de acordo com Prado e Franco (2012 apud PINSKY, p.194) “não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre os indivíduos (...)”.

Seguindo esse preceito, é possível identificar registros de mulheres que, antes mesmo da proclamação da República, protagonizaram períodos de lutas políticas intensas. São histórias como de Maria Quitéria de Medeiros, conhecida por se travestir de soldado para lutar nas batalhas de independência do Brasil ocorridas na Bahia, na década de 1820. Anos depois, uma outra mulher foi notabilizada pela coragem em lutar pela independência e defesa de ideias republicanas. Bárbara de Alencar juntou-se ao irmão e aos filhos em 1817, na Revolução Pernambucana. Foi presa e transferida para outro estado.

Na literatura, as mulheres fizeram importantes defesas ideológicas. Em *Úrsula* (1859), a escritora Maria Firmina dos Reis dá voz a um enredo dramático que retrata a escravidão no Brasil. Não se trata apenas de um romance que preserva a memória da violência à qual os negros eram submetidos, mas também foi o primeiro da literatura brasileira de autoria afrodescendente. Algumas obras biográficas do século XIX trazem também importantes registros do heroísmo da mulher, como os citados no parágrafo anterior. Ignez Sabino, em *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899),

dedica suas páginas a descrever ações guerreiras ou heroicas de algumas mulheres.

E é na literatura que Nísia Floresta — considerada precursora dos direitos das mulheres no Brasil após publicação do livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832) — reúne suas ideias sobre a capacitação intelectual da mulher e o direito à educação. A autora esteve disposta a integrar debates que iam de temas como abolição da escravidão até o questionamento ambíguo<sup>4</sup> dos papéis sociais da mulher. Ademais, várias outras manifestações femininas em diferentes instâncias refletiram sobre sua condição na sociedade e expressaram as primeiras participações do gênero na vida pública.

### **3.5 Do veto ao voto: feminismo no Brasil e a conquista dos direitos políticos**

Apesar das manifestações anteriores já descritas, as primeiras ondas feministas publicamente conhecidas buscavam concretizar o direito de voto, de elegibilidade e o acesso pleno à educação de qualidade. Com isso, desdobramentos naturais atenderiam também à crescente necessidade das mulheres de contribuir politicamente com o Brasil. As aspirações femininas cresciam cada vez mais e cabiam cada vez menos na vida à qual estavam acostumadas a levar, em que eram amparadas economicamente pelos maridos e deviam dedicação exclusiva à família e aos afazeres domésticos.

Foi nesse ambiente, a partir de 1919, que Bertha Lutz iniciou sua campanha pela emancipação feminina. Segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil, Bertha iniciou o ativismo em discurso moderado, apoiando a ascensão feminina por meio do direito ao voto, da regulamentação do trabalho e da educação. Com ela, várias mulheres fizeram pronunciamentos e fundaram associações, como

---

<sup>4</sup> Nísia Floresta se utiliza de um discurso de valorização da posição tradicional da mulher na sociedade e a importância em criar e cuidar dos filhos para subverter, à sua maneira, a ordem estabelecida. No livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, a autora atribui às mulheres atividades já tradicionais para então dar a elas o mérito da educação dos homens e o reconhecimento e respeito públicos merecidos por essa tarefa (FLORESTA, 1989a, p.37)

a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, responsável por forte campanha pública pelo voto.

A escalada pelo voto era de evidente prioridade para Bertha, que acreditava que o acesso aos direitos políticos colaborava com a obtenção de outras garantias. A livre permissão para exercer uma profissão e trabalhar de forma digna e regulamentada era também determinante para assegurar às mulheres um meio de subsistência. Em artigo publicado na *Revista da Semana*<sup>5</sup>, em 1919, Bertha Lutz argumentava de forma enfática sobre a importância do trabalho e da educação para as mulheres.

Não devemos resignar-nos a ser únicas subalternas num mundo ao qual a liberdade sorri. Devemos tornar-nos dignas da posição que ambicionamos e dar provas do nosso valor para merecê-la. É certo que muito, que quase tudo, no estado atual, depende do homem. Mas uma das maiores forças de emancipação e de progresso está em nosso poder: a educação da mulher e do homem. (LUTZ, 1919)

Nessa mesma época destacaram-se também mulheres que atuaram em outras frentes, erguendo bandeiras mais radicais a respeito do sexo, amor livre, controle de natalidade e apoiando levantes anarquistas e comunistas, nascidos no meio operário. Uma das principais representantes desses movimentos, Maria Lacerda de Moura, uniu-se a Bertha na tentativa de sintetizar os interesses e formar uma comunidade de estudos. No entanto, divergências de pensamento fizeram com que as duas líderes feministas se distanciassem. Bertha era ativista de um “feminismo de salão”, aproveitando-se dos laços de amizade entre seus familiares e grupos de convivência para avançar no debate sufragista, sem ocupar as ruas ou estar presente em manifestações. Sobre tal movimento, não demonstrava grande apoio. Ainda no artigo publicado na *Revista da Semana*, Bertha sugere:

Não proponho uma associação de “sufragetes” para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que

---

<sup>5</sup> Esse e outros artigos encontram-se disponíveis na íntegra no site do Museu Bertha Lutz: <http://lhs.unb.br/bertha/>. Acesso em 15 jun. 2015, às 21h54



compreendessem que a mulher não deve viver parasitamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela. (LUTZ, 1919)

Por meio da Federação, as líderes feministas tentavam promover constantes campanhas pelo sufrágio e manter o assunto em pauta. Em 1927, representantes levaram ao Senado um abaixo-assinado pedindo a aprovação de um projeto de lei, do senador Juvenal Lamartine, que dava às mulheres o direito ao voto. O parlamentar já havia incluído em seu estado de origem — o Rio Grande do Norte — um dispositivo determinando a igualdade de direitos políticos entre os sexos. Alguns estados aderiram ao alistamento eleitoral feminino antes mesmo da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República e, dois anos depois, promulgou o primeiro Código Eleitoral Brasileiro, no qual é estabelecido que “é eleitor o cidadão de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”<sup>6</sup>. O Brasil foi o segundo país da América Latina a garantir esse direito às mulheres. Frente ao novo quadro político, o sufrágio foi incluído no artigo 108 da Constituição Federal em 1934. O novo código assegurou a elas também o direito de serem votadas para cargos públicos eletivos.

### 3.6 Sobre as pioneiras

A experiência de participação feminina nos órgãos legislativos brasileiros mostra uma história desafiadora de escalada até o Congresso Nacional. De início, é raro identificar uma figura política feminina que tenha sido eleita em um mandato parlamentar como resultado do direito de elegibilidade conquistado em 1932 e de uma atuação política intensa. Isso porque não havia como o direito ao voto resultar

---

<sup>6</sup> Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em 06 jun. 2015, às 09h40

em imediata participação eleitoral, visto que a sociedade ainda era marcada pelo domínio masculino sobre o poder. A história política mostra, conforme descreve Tabak (1983), que várias mulheres chegaram ao parlamento em substituição aos maridos e filhos, especialmente na ditadura militar, quando os homens tiveram os mandatos cassados e as esposas se lançavam candidatas. Mas a primeira deputada federal assumiu assento na Câmara dos Deputados por meio de eleições diretas, em candidatura própria. A médica Carlota Pereira de Queiroz foi eleita pelo estado de São Paulo e, a partir de 1934, passou a representar bem a voz feminina, especialmente ao participar da elaboração da Constituinte que substituiu a Constituição da República Velha. Em discurso proferido em um 13 de Maio, Carlota faz as devidas considerações pessoais sobre sua postura dentro da Casa e deixa transparentes as dificuldades passadas por conta do gênero:

Apesar do silêncio que tenho mantido desde o início dos trabalhos desta Casa, cabe-me a honra, com a minha simples presença aqui, de deixar escrito um capítulo novo para a história do Brasil — o da colaboração feminina na política do país. Não julguem, porém, que envaidecida por esta nova situação, eu tenha me esquecido dos deveres que aqui me trouxeram. Não, muito pelo contrário: o fato de eu até hoje não ter trazido a minha colaboração pessoal aos debates que aqui se travam, não implica absolutamente em indiferença, como poderia parecer a muitos. (...) Receosa de comprometer desde o início a representação feminina (...) confesso que não poucas vezes tive de vencer as tendências espontâneas e impulsivas de um temperamento feminino, que poderiam me reduzir ao ridículo. (Câmara dos Deputados: nota taquigráfica de discurso pronunciado do dia 13 de maio. Ano não divulgado)

Entre 1932 e 1963, apenas quatro mulheres foram eleitas deputadas federais, exercendo sete mandatos. Nas eleições convocadas para a Assembleia Constituinte de 1946, nenhuma mulher foi eleita para a Câmara Federal, mesmo com candidatas indicadas por diferentes partidos políticos e defendendo variados pontos de vista. Com o golpe de 1964, quando os militares assumiram o poder e passaram a perseguir grupos que possuíam demandas consideradas subversivas, as mulheres ficaram para trás.

Dessa forma, reunidas com seus companheiros exilados em outros países, algumas brasileiras observavam atentamente os movimentos libertários de outras nações. Ridenti (1990) descreve que, mesmo contrariadas por seus cônjuges, que consideravam o feminismo um desvio na luta pelo fim da ditadura, as mulheres se organizavam autonomamente para discutir suas reivindicações, sem separar suas demandas da batalha principal da época, contra o regime militar, capitalismo e outras formas de opressão. Somente em 1979, período de maior abertura política durante a ditadura, a primeira mulher chegou ao Senado Federal<sup>7</sup>. As circunstâncias que a levaram ao Congresso foram trágicas. João Bosco, eleito senador pelo estado do Amazonas, sofreu um acidente vascular cerebral dois meses depois das eleições e morreu. Eunice Michiles, suplente de Bosco, assumiu o cargo pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que dava suporte ao governo. Anos depois, foi eleita deputada federal e chegou a participar da comissão que discutiu a Constituição de 1988.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo ganhou maior efervescência e a luta política pelos direitos das mulheres se expandiu. Violência, trabalho, educação, saúde materno-infantil, sexualidade e outros temas aproximaram o feminismo dos movimentos populares e de outros segmentos da sociedade. O movimento feminista brasileiro inaugurou, a partir de então, novas percepções e discursos para seguir.

Em seus primeiros mandatos, temas específicos mobilizavam as mulheres na política: a luta contra a carestia da vida, a defesa da infância e da paz. Ainda muito ligadas às questões domésticas, as mulheres tinham grandes preocupações em relação aos preços dos produtos, assim como com a garantia de proteção aos seus filhos, por meio da construção de creches e jardins de infância. Na década de 50, elas atuavam grupos de pressão para tratar de tais assuntos. Até 1970, as Associações de Donas-de-casa Contra a Carestia eram comuns. Após a criação da Federação de Mulheres do Brasil, que realizou o primeiro congresso em 1951, houve também forte exigência do cumprimento das leis trabalhistas, além da

---

<sup>7</sup> Alguns pesquisadores atribuem à princesa Isabel o título de primeira senadora da história do Brasil, mas o cargo era um título dado aos herdeiros do trono no Brasil Império.

extensão dessas leis às trabalhadoras do campo e a total igualdade de direitos civis e políticos para a mulher.

### **3.7 Profissionalização e ação política: as mulheres ocupam novos espaços**

Após a restauração da democracia no Brasil, o movimento das mulheres passou por um processo de profissionalização. No fim do século XX, a criação de Organizações Não-Governamentais em busca de medidas protetoras para as mulheres tornou-se tendência. O objetivo principal — enquanto não assumiam postos mais altos do poder — era, junto ao Estado, aprovar providências contra a violência (especialmente a violência doméstica) e buscar espaços de maior participação política. Entre tais providências, as cotas eleitorais de gênero foram apresentadas como um instrumento de ação afirmativa eleitoral. Promulgada em 1995, a Lei 9.100 estabelecia, inicialmente, a exigência de, no mínimo, 20% de candidatas mulheres por cada partido ou coligação nas eleições legislativas. No mesmo ano, a então deputada federal Marta Suplicy elaborou um projeto de lei que propunha o aumento do percentual mínimo para 30%, o projeto foi aprovado. Mas o texto apresentava brechas. A redação dada ao artigo 10º da lei deixava a cargo dos partidos o cumprimento da cota. O texto do artigo, que dizia “deverá reservar”, criava diferentes interpretações do dispositivo. Criavam-se polêmicas acerca do preenchimento das vagas, pois se não houvesse candidatos em número suficiente para garantir o mínimo de 30% para determinado sexo o partido estaria autorizado a preencher as vagas remanescentes com candidatos do sexo oposto. Novas mudanças resultaram na Lei 9.504, de 1997 cuja redação do artigo 10º, §3º, era a seguinte:

Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

### **3.8 Congresso hoje: bancada feminina e subrepresentação**

Ao longo dos anos, estatísticas confirmam a dificuldade de mulheres se inserirem nos espaços de deliberação política, especialmente no âmbito legislativo. A história mostra o quanto tardia foi a conquista do voto pelas mulheres no Brasil, assim como foi o início da participação nos espaços oficiais de poder. Vinte anos após sancionada a primeira lei que, entre outras normas definidas, assegurava um percentual mínimo de 20% das vagas de cada partido ou coligação para candidaturas de mulheres, a participação feminina permanece baixa.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>8</sup> apontam que as candidaturas das mulheres cresceram bastante ao longo dos últimos dez anos, mas não o suficiente para se equiparar ao número de registros de candidaturas dos homens. A diferença entre as candidaturas de homens e mulheres nos anos de 1994 e 2014 ultrapassa os 10 mil registros. Apesar disso, atualmente, apenas 10,4% dos assentos no Congresso Nacional são ocupados por mulheres.

A história do Congresso Nacional mostra também a precária participação de mulheres em espaços de liderança. Após 55 legislaturas, nenhuma das Casas jamais elegeu uma mulher como presidente. Os espaços de vice-presidência, lideranças partidárias e presidência de comissões também costumam ser restritos. Somente no biênio 2012-2013, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados deu pela primeira vez o cargo de 1ª vice-presidente a uma mulher: Rose de Freitas (PMDB-ES).

Em 2006, a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) apresentou à Câmara uma proposta de emenda à Constituição (PEC 590/2006) que determina que a

---

<sup>8</sup> Dados disponíveis no site <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores> Acesso em 06 jun. 2015, às 09h18

Mesa Diretora da Casa e do Senado tenham ao menos um representante de cada gênero. Na prática, a matéria busca aumentar a representatividade das mulheres no Legislativo, visto que, até 2006, nenhuma mulher jamais havia ocupado cargos em Mesa Diretora do Congresso Nacional. Só em 2015, o texto foi aprovado com 441 votos a favor. A proposta aguarda aprovação também no Senado.

Em 2015, a Mesa Diretora da Câmara conta, pela primeira vez na história, com duas mulheres: Mara Gabrilli (PSDB-SP) foi eleita para a 3ª Secretária, com 456 votos. Luiza Erundina foi eleita para a 3ª Suplência, com 372 votos. Já a mesa que vai dirigir os trabalhos do Senado nos anos de 2015 e 2016 conta com apenas uma senadora: Ângela Portela (PT-RR) ocupa a vaga de 4ª secretária. Na atual legislatura, as deputadas federais assumiram a presidência de quatro comissões permanentes, dentre as quais a Comissão de Finanças e Tributação, uma das mais importantes da Casa, que é liderada pela deputada Soraya Santos (PMDB-RJ). No Senado, apenas a Comissão Permanente de Agricultura e Reforma Agrária é presidida por uma mulher, a senadora Ana Amélia (PP-RS).

As explicações para o fenômeno da subrepresentação de mulheres no poder costumam servir de referência para quase todos os países do mundo ocidental, com raras exceções, conforme aponta Lúcia Avelar (2001). Segundo a autora, as razões são, em geral, "ligadas às estruturas familiares, à vida pessoal, aos sistemas econômicos, às estruturas do Estado, aos tipos de regimes políticos e ao grau de tradicionalismo e religiosidade" (AVELAR, 2001, p.151). Há questões culturais, sociais e ligadas a movimentos e partidos políticos. De fato, tão determinante quanto a cultura conservadora que afasta as mulheres das práticas políticas, os desenhos institucionais dos partidos políticos e do próprio Congresso são fatores citados por deputadas e senadoras como os principais empecilhos para a paridade no legislativo. Sintomático dessa insatisfação, a bancada feminina tentou incluir no parecer da reforma política discutida em 2015 a proposta de paridade de gênero que determinaria, entre outras medidas, a instituição de cotas para maior representação feminina no Legislativo. Atualmente, as parlamentares protestam também por mais tempo em propagandas políticas e partidárias, além de maior

acesso ao financiamento de campanha durante as eleições. Segundo elas, são fatores fundamentais para alcançar a visibilidade e o poder dentro das Casas. Em votação no Plenário da Câmara dos Deputados, o mecanismo que incluiria na Constituição Federal algumas dessas medidas foi rejeitado. Já no Senado, foi aprovada em dois turnos a PEC 98/2015, que reserva vagas para cada gênero para as próximas três legislaturas na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.<sup>9</sup>

## **4. Objetivos**

### **4.1 Objetivos gerais**

- Produzir um webdocumentário sobre o cotidiano das parlamentares no Congresso Nacional e investigar as razões que explicam a baixa participação feminina na política mesmo depois da aprovação das cotas eleitorais de gênero, há 20 anos.

### **4.2 Objetivos específicos**

- Articular o uso de diversas mídias (convergência) para construir uma narrativa jornalística interativa, que possa explorar a temática da participação política das mulheres de maneira aprofundada
- Contribuir para a construção de um debate em torno desse tema, a partir do histórico do problema, da opinião de parlamentares sobre o assunto e também dos impactos que incidem sobre a dinâmica da política relacionadas à baixa presença feminina no Parlamento

---

<sup>9</sup> As regras são estabelecidas para as três legislaturas seguintes àquela em que a PEC foi promulgada. Na primeira, a cota é de pelo menos 10%, seguida de 12% e 16% na terceira legislatura. Na prática, a cota atende as mulheres, que ocupam menos postos políticos que os homens.

## **5. Metodologia**

### **5.1 Pesquisa**

No decorrer do curso, tínhamos trabalhado em dupla em várias disciplinas, por isso, nos juntar neste projeto nos pareceu um caminho coerente. Compartilhávamos, à época das primeiras discussões sobre o produto, em 2014, a mesma inquietação quanto à reduzida representação das mulheres no Congresso Nacional.

Os primeiros passos para o avanço da pesquisa foram iniciados ainda na disciplina de pré-projeto em Jornalismo, na fase de levantamento do referencial bibliográfico, em 2014. O tema já havia sido escolhido, mas era necessário trabalhá-lo com mais profundidade. Em 2015, surgiu a oportunidade de que uma das autoras do trabalho cursasse a disciplina de Política e Sociologia, ministrada pelo professor Terrie Groth, do Departamento de Ciência Política da UnB. Nela, os alunos tiveram contato com autores clássicos das áreas da política e sociologia, com o objetivo de, no fim do semestre, produzir um artigo científico acerca de fatos sociais sobre os quais poderiam ser aplicados os conhecimentos passados em sala de aula. Foi a oportunidade para desenvolver a questão da subrepresentação das mulheres na arena política formal, com foco no Legislativo Federal.

A problemática é amplamente trabalhada por cientistas políticos, o que facilitou a busca por livros sobre o assunto. As principais referências foram encontradas na Biblioteca Central da Universidade de Brasília: Fanny Tabak, Lúcia Avelar, Hanna Pitkin, Pippa Norris, entre outras. Alguns artigos foram retirados da internet e, por fim, as obras mais importantes sobre a atuação de parlamentares e senadoras estavam nos acervos do Congresso Nacional. Fomos até lá algumas vezes para consulta pessoal e recebemos alguns livros por e-mail. Grande parte das escolhas de referências foi feita por professores, amigos e servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

.Na ocasião das visitas ao Congresso, também buscamos por material de arquivo: fotos, vídeos ou áudios que pudessem ser usados no webdocumentário. Fomos orientadas a buscar imagens e vídeos nos sites de ambas as Casas, com a



ressalva de que áudios e vídeos só estariam disponíveis a partir da década de 1960. Também recebemos material por e-mail, cedido pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Como alternativa a impasses para conseguir material, usamos vídeos retirados das páginas públicas das parlamentares e do YouTube, página de compartilhamento de vídeos em formato digital. É necessário destacar que houve grande dificuldade em coletar material do Senado Federal. Pouco se tem disponível sobre a história das mulheres na Casa, e o acesso ao local também foi, por vezes, bastante complicado. Mesmo nos apresentando como pesquisadoras, fomos barradas por questões burocráticas. De toda forma, a internet foi um suporte importante na finalização da pesquisa. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) também disponibilizou materiais para serem usados no trabalho, especialmente imagens. Todo o material coletado foi armazenado em um banco de imagens criado por nós, para facilitar a organização e a seleção.

## 5.2 Apuração

Para organizar melhor uma das etapas mais importantes do processo – a apuração – decidimos trabalhar com três eixos: o levantamento de dados, informações e depoimentos. Cada tarefa foi feita por partes, em períodos delimitados pela dupla de trabalho para seguir rigorosamente o cronograma. Os dados utilizados foram retirados de diversas fontes de pesquisa: as próprias páginas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; o site da União Interparlamentar<sup>10</sup>; página do Tribunal Superior Eleitoral; livros consultados e cartilhas<sup>11</sup>. Nos livros e nas páginas das Casas, encontramos dados que colaboraram na fundamentação histórica. Por esses meios foi possível obter dados sobre a evolução da representação das mulheres no Poder Legislativo Federal. O site da União Interparlamentar foi de profunda importância para entender a situação das mulheres brasileiras no poder em relação à representação em outros países. O dado coletado

---

<sup>10</sup> A União Interparlamentar (Inter-Parliamentary Union) é organização internacional criada em 1889 com o objetivo de estabelecer o diálogo parlamentar em todo o mundo e reforçar a paz, a cooperação entre os povos e a democracia representativa. Acesso em <<http://www.ipu.org/>>

<sup>11</sup> Acesso em:

<<http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria/publicacao/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>

é um dos mais impressionantes de todo o trabalho: a realidade de que, no Brasil, temos menos mulheres no poder do que muitos países menos desenvolvidos e até em conflito. O ranking de países é feito a partir do ano de 1997, levando-se em consideração a quantidade de representantes do gênero feminino na Câmara Baixa, visto que nem todos possuem sistema bicameral. Na página do Tribunal Superior Eleitoral, pesquisamos dados referentes ao volume de recursos arrecadados nas campanhas eleitorais, a quantidade de candidatos homens e mulheres e a relação daqueles que conseguiram se eleger.

O primeiro contato com as parlamentares foi feito por telefone, e na tentativa de agendar com os assessores um horário nos gabinetes para as entrevistas. Por isso, listamos os telefones das integrantes da bancada feminina e dividimos igualmente os nomes das deputadas e senadoras de modo que cada uma telefonasse para a mesma quantidade de parlamentares que a outra.

Contudo, devido às dificuldades de marcar entrevistas com as parlamentares em horário em que elas estivessem disponíveis e conciliar a agenda delas às nossas grades horárias percebemos que a melhor abordagem seria entrevistá-las nos corredores do Congresso.

As informações e depoimentos vieram de entrevistas feitas pela dupla de trabalho, quase sempre pessoalmente e com registro em vídeo com uma Nikon D3100. Foram consultadas parlamentares e especialistas no assunto trabalhado. As entrevistas com deputadas foram feitas conforme agenda de compromissos. Nosso objetivo, a princípio, era buscar aquelas que tinham maior envolvimento com a campanha por mais mulheres na política e que estavam diretamente ligadas à Secretaria e à Procuradoria da Mulher. No entanto, tivemos dificuldades para agendar encontros com elas. Tentamos também abordá-las nos corredores e conseguimos algumas vezes. Infelizmente não conseguimos contato com nenhuma das senadoras. No Senado, as dificuldades para agendamento e abordagem foram ainda maiores. Ligamos para toda a lista de senadoras, mas nenhuma pode agendar um dia específico. Entramos em contato por telefone e, dessa forma, conseguimos alguns depoimentos.

Para as entrevistas, nos preparamos com uma lista de perguntas, que poderiam variar conforme o desenrolar da conversa. Perguntamos sobre o cotidiano

nas Casas: as deputadas ou senadoras sentiam algo diferente por ser minoria? De alguma forma o gênero as atrapalhou no andamento de projetos e proposições? Consideram que a configuração das Casas ou os desenhos institucionais dificultam a sobrevivência das mulheres nesses espaços de poder? Foram vítimas ou testemunharam alguma situação de abuso em relação ao gênero? Sobre as cotas legislativas, acreditam que serão aprovadas e podem trazer bons resultados? Como a proposta foi recebida pelos colegas? Como resultado, coletamos áudios, vídeos e declarações usadas no conteúdo do webdocumentário. Algumas parlamentares nos chamaram mais atenção com seus depoimentos. A deputada federal Jandira Feghali, por exemplo, ainda que com pressa e agenda cheia, parou por quase dez minutos para falar sobre o assunto e, especialmente, sobre uma situação incômoda pela qual tinha passado havia poucas semanas com dois parlamentares no plenário. A deputada Benedita da Silva também prendeu nossa atenção ao falar descontraidamente sobre histórias de quando iniciou suas atividades na Câmara.

Alguns entendimentos mais específicos sobre o tema foram esclarecidos com professores. Para compreender as razões da baixa representação das mulheres na política e fenômenos como a o número expressivo de candidatas à presidência da república em 2014, falamos com professores. Foram eles: Danusa Marques, doutora em Ciência Política, com ênfase em estudos de gênero, carreira e teoria política, e Breno Cypriano, doutor em Ciência Política, ex-pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem) e no Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG). Tentamos também entrevista com Guacira de Oliveira, socióloga e diretora do Cfemea, mas não conseguimos realizar a conversa com ela.

### **5.3 Arquitetura da Informação**

Nosso primeiro contato com webdocumentário foi em 2013, a partir da publicação de outros Trabalhos de Conclusão desenvolvidos na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Foram eles *Até breve, Haiti: a história dos haitianos traficados ao Brasil* (SALVIANO, 2013)<sup>12</sup>, *Políticas públicas, vidas*

---

<sup>12</sup> Disponível em <<http://www.atebrevehaiti.com/>> Acesso em 08 de nov. 2015

*privadas: um webdocumentário sobre a hanseníase no Brasil* (MEDEIROS, 2012)<sup>13</sup> e também *Sobre Fronteiras - Memórias de uma cidade Piauiense* (RIBEIRO, 2014)<sup>14</sup> que serviram de inspiração para este projeto. Diante desses exemplos, consideramos que esse formato seria o mais adequado para abordar o tema proposto, pois, já que se trata de um trabalho sobre a subrepresentação, a plataforma web mostrou-se como uma possibilidade de ampliar a voz das mulheres parlamentares.

Em seguida, pesquisamos outros exemplos de webdocumentários, dessa vez não mais na academia, mas nas produções desse tipo de produto nas páginas dos portais mencionados no item 3, de jornais diários como a *Folha de S. Paulo*, *New York Times* e *UOL*.

Tendo em vista esses exemplos e o modo como eles trabalharam as informações e dados de forma lúdica, partimos para a elaboração gráfica do site. A partir do material coletado com a apuração, fizemos um rascunho da disposição dos elementos na página e definimos quais espaços seriam ocupados pelo texto e onde ficariam as inserções dos adereços utilizados, como as fotos, os vídeos, os gráficos e os arquivos de áudio.

Para elaborar a página, contratamos o programador de sites *freelancer*, Willian Pinho, com o intuito de que ele cuidasse da parte gráfica do projeto, com base nas nossas orientações. Ficou acertado que, para facilitar a navegação, a página deveria conter uma barra de menu em que fossem listados os três capítulos da reportagem, os quais permitissem ao usuário definir a ordem da leitura. Além disso, os hiperlinks também deveriam cumprir esse papel e permitir que o internauta seguisse para outra página, sem necessariamente ter que acompanhar a leitura conforme a ordem pré-estabelecida para a reportagem.

## 5.4 Conteúdo

---

<sup>13</sup> Disponível em <<http://projetohansen.wix.com/webdoc/>> Acesso em 23 de out. 2015

<sup>14</sup> Disponível em <<http://fronteirasdoc.com/>> Acesso em 08 de nov. 2015

Depois da realização do levantamento de dados a respeito da representação das mulheres no Congresso Nacional, percebeu-se que a reportagem deveria ter três eixos principais: um que abordasse o histórico da atuação das parlamentares na política formal; um segundo em que fossem tratados os problemas contemporâneos dessas deputadas e senadoras, assim como conquistas consolidadas nesses 80 anos de participação política; e por fim, as razões apontadas por especialistas que explicam a reduzida presença feminina na Câmara e no Senado.

Por isso, o webdocumentário foi organizado em três seções. Na primeira delas, introduz-se o leitor ao tema. Por meio de fotografias antigas e do resgate histórico, pretendemos retratar as circunstâncias que condicionaram uma mudança na conjuntura política brasileira e viabilizaram a extensão dos direitos políticos às mulheres. Também estão presentes as personagens que tomaram a frente desse processo marcado por lutas e conquistas para as mulheres ao longo de oito décadas.

No segundo capítulo, a ideia foi mostrar as barreiras encontradas pelas deputadas e senadoras para pleitear uma vaga no Congresso e retratar também os problemas que as eleitas enfrentam no cotidiano da Casa.

Depois das conversas com as parlamentares, ficou evidente que a discriminação de gênero ocorre em pelo menos três momentos da trajetória política até o parlamento: na candidatura, quando as mulheres recebem menos apoio político e financeiro dos partidos do que os homens, ainda que algumas delas sejam líderes de votação nos estados; a sujeição a abusos e agressões físicas e morais dentro do Congresso, protagonizadas por colegas homens; e também a dificuldade de se discutir e aprovar no parlamento pautas de interesse das mulheres.

O último capítulo traz os depoimentos em vídeo de estudiosos da subrepresentação feminina, em que os especialistas discutem os avanços e retrocessos nesse processo de conquista de direitos políticos pelas mulheres. Nessa parte, os entrevistados avaliaram os motivos que concorrem para que, mesmo que a chefe de Estado seja uma mulher, a presidente da República Dilma Rousseff, a representação feminina no Legislativo ainda é reduzida.

## **6. Cronograma**

- Leituras: abril de 2015 a julho de 2015
- Apuração: julho de 2015 a novembro de 2015
- Entrevistas: agosto de 2015 a novembro de 2015
- Escrita da primeira versão da reportagem: outubro de 2015 a novembro de 2015
- Escrita da versão final da reportagem: novembro de 2015
- Elaboração da memória: outubro de 2015 a novembro de 2015

## **7. Orçamento**

Custo do contrato com programador freelancer: R\$1.000,00

## **8. Considerações finais**

O percurso de produção do webdocumentário *Mulheres no Congresso Nacional: um retrato da subrepresentação* foi percorrido com expectativas, ações e – como não poderia deixar de haver – falhas. Ao longo do trabalho, buscamos atingir todos os objetivos definidos desde o início. Um deles, certamente o principal, foi desenvolver um tema que para nós, como mulheres, é de extrema importância, visto que a representação feminina na arena política formal é importante para garantir que nossas demandas sociais sejam atendidas. Nesse sentido, obtivemos

êxito, pois além de aprender bastante ao ler as principais referências bibliográficas sobre o tema, fomos capazes de fazer um trabalho jornalístico extenso, ainda que não tenhamos esgotado as possibilidades de apuração. Sobre esse aspecto, ficamos a dever mais parlamentares para falar e colaborar no futuro com o webdocumentário, já que com o tempo estabelecido pelo cronograma não fomos capazes de agendar com todas as deputadas e senadoras, em parte por conta das agendas cheias de compromissos que todas elas possuem.

Não se pode esquecer que há também uma proposta de emenda à Constituição que aguarda aprovação na Câmara dos Deputados para ser promulgada e que estabelece cotas para mulheres nas vagas de para deputado federal, distrital, estadual e vereador. É nosso dever, enquanto jornalistas, acompanhar essa tramitação.

Outra preocupação com a realização deste trabalho é de que o alcance ao produto fosse potencializado, visto que o acesso à internet tem crescido nos últimos anos em todo o mundo. De acordo com um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado em 2013, em que foram analisados 48 países.<sup>15</sup> Entre 2002 e 2012 a quantidade de pessoas com acesso à internet deu um salto de 22%.

Sendo assim, encaramos o desafio de trabalhar com gravação de vídeos, captação de áudios, produção de infográficos e outros recursos multimídia com os quais tínhamos mais proximidade enquanto consumidoras, mas não como produtoras desse conteúdo na tentativa de desenvolver um produto atraente para esse suporte, cujo acesso está em amplo aumento.

Com o projeto pudemos ainda trazer à tona as circunstâncias, muitas vezes de discriminação velada, em que estão diluídas as relações de gênero dentro do Congresso Nacional entre os próprios parlamentares. Contudo, grande parte das entrevistadas não aceita ser vista como vítima desse contexto, apesar de reconhecer que há diferenças de tratamento em relação a elas dentro das Casas, que geram situações desconfortáveis. Por isso, privilegiamos as entrevistas pessoais para captar com mais profundidade a complexidade desse jogo político.

O tema – como já foi mencionado – é amplamente estudado por cientistas políticos, mas pouco abordado em jornais de maior circulação. Dessa forma,

---

<sup>15</sup> Disponível em <<http://www.broadbandcommission.org/Documents/bb-annualreport2013.pdf>>

buscamos desenvolvê-lo sem a rigidez acadêmica e de forma dinâmica. A intenção é de que o projeto não se encerre com a graduação, mas que a página continue sendo alimentada após o fim do curso, já que na internet, ao contrário de outros meios, o conteúdo pode ser indefinidamente modificado e atualizado.

## 9. Referências bibliográficas

ANDRETA, B. L.; ALÓS, A. P. *A voz e a memória dos escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. São Leopoldo, v.18, n.2. julho/dezembro de 2013. p. 194-200. Disponível em <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/952/1114>>. Acesso em 18 jun. 2015, às 21h11

ARAÚJO, Clara. *As cotas para mulheres, analisando resultados e perspectivas*. *Teoria e Sociedade*, n. 4, 1999a, p. 105-134.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora da UNESP, 2001. 188p.

AZEVEDO, Débora; RABAT, Márcio. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BARBOSA, Fernanda. *As cotas eleitorais de gênero como um instrumento de ação afirmativa eleitoral*. Disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14536](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14536)> Acesso em 10 jun. 2015, às 20h52

BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Casa Civil: 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm)>. Acesso em 10 jun. 2015, às 20h55

BRASIL. *Discurso de Carlota Pereira de Queirós, primeira deputada federal*. Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/camara-destaca/mulheres-no-parlamento/destaques/discurso-de-carlota-pereira-de-queiroz-primeira-deputada-federal>>. Acesso em 10 jun.2015, às 21h31

CANAVILHAS, João Messias. WEBJORNALISMO. Considerações gerais sobre jornalismo na web. Disponível em

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>>



Acesso em 03 de set. 2015

DEL PRIORE, M.; PINSKY, C.B. *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. — São Paulo: Contexto, 2006. 678 p.

*DivulgaCand 2014: aumenta participação das mulheres na política brasileira. Tribunal Superior Eleitoral.* Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Julho/eleicoes-2014-aumenta-participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>> Acesso em 17 agosto.2015

FLORESTA, N. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

GANTIER, Samuel; BOLKA, Laure. L'expérience immersive du web documentaire : études de cas et pistes de réflexion. In : Les Cahiers du Journalisme n° 22/23. 2011. Disponível em

<[http://www.cahiersdujournalisme.net/cdj/pdf/22\\_23/08\\_BOLKA\\_GANTIER.pdf](http://www.cahiersdujournalisme.net/cdj/pdf/22_23/08_BOLKA_GANTIER.pdf)>

Acesso em 02 de set. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores de trabalho e rendimento: população economicamente ativa*. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/defaulttab\\_hist.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm)>. Acesso em 10 jun. 2015, às 21h39

MACHADO, Elias Gonçalves. JORNALISMO NA INTERNET (o paradoxo entre o fascínio das potencialidades da tecnologia digital e o modelo da produção verticalizada da notícia). Disponível em

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/447f9524b966a91df3171c9ce3e51284.pdf>

>Acesso em 04 de set. 2015

Museu Bertha Lutz. *Cartas de mulher*. Revista da Semana. Rio de Janeiro: 1919. Disponível em <<http://lhs.unb.br/bertha/?tag=feminismo>>. Acesso em 15 jun. 2015, às 21h54

MUZART, Zahidé L. *Mulheres de faca na bota: escritoras e políticas no século XIX*. VI Seminário Mulher e Literatura. Rio de Janeiro: 1995. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/.../2175-7917.2012v17nesp1p58>> Acesso em 18 jun. 2015, às 21h36

PEDRO, J. M.; PINSKY, C.B. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. 560 p.

PINTO, C.R.J. *Feminismo, história e poder*. Rev. Sociol. Polític. Vol. 18, n. 36, p.15-23. Curitiba: jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em 15 jun. 2015. às 22h13

RIBAS, Beatriz. Contribuições para uma definição do conceito de Web Documentário. Disponível em <[http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2003\\_ribas\\_webdocumentario.pdf](http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2003_ribas_webdocumentario.pdf)>

Acesso em 03 de set. 2015

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Tempo Social ; Revista Socio. USP. São Paulo: 2 sem. 1990

Sylvestre, Helena Schiavoni. Análise da estrutura de interação do web documentário “One Millionth Tower”: um estudo semiótico. 2015. Disponível em

<<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126495/000841032.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

Acesso em 04 de set. 2015

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas: participação política e poder*. 1 ed. Rio de Janeiro: Capital, 2001.

TAVARES, Flávia. ‘*Meu papel era ficar quieta*’, diz primeira senadora eleita. São Paulo, nov.1998. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,meu-papel-era-ficar-quieta-diz-primeira-senadora-eleita-imp-,633096>>. Acesso em 14 jun. 2015, às 22h49

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas de candidaturas e resultados da eleição*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas-de-candidaturas>> Acesso em: 16 nov.2014

\_\_\_\_\_. *Estatísticas de candidaturas e resultados da eleição*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014>> Acesso em: 16 nov. 2014

*Women in national parliaments*. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>> Acesso em 10 jun. 2015, às 20h13

